

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	3
1 Introdução	5
2 A Categorização da Mobilidade Urbana Eficiente como Direito Fundamental Social	9
2.1 Dos Direitos Fundamentais	9
2.2 Dos Direitos Sociais	16
2.3 A Fundamentalidade dos Direitos Sociais.....	20
2.4 O Direito Fundamental à Liberdade de Locomoção e Seu Escólio pelo Direito à Mobilidade Urbana Eficiente.....	27
2.4.1 Da Necessidade Humana de Locomoção	28
2.4.2 Do Direito Individual à Liberdade de Locomoção à Introdução do Direito Social à Mobilidade Urbana Eficiente na Constituição de 1988	32
2.4.3 O Constitucionalismo Social e seus Reflexos ao Direito à Mobilidade Urbana Eficiente	39
2.5 A Mobilidade Urbana Eficiente como Direito Fundamental Social – Relevância da Matéria	45
3 Proteção à Mobilidade Urbana Eficiente no Brasil	57
3.1 Proteção Constitucional à Mobilidade Urbana Eficiente no Brasil: Análise da Constituição de 1988 e Identificação dos Princípios e Dispositivos Pertinentes.....	59
3.1.1 Do Contraponto com o Direito Social ao Transporte.....	63
3.1.2 Da PEC 85/2015	69
3.2 Da Necessidade de Constitucionalização do Direito.....	73

3.3 Principais Institutos Urbanísticos Vigentes	77
3.3.1 Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/01	80
3.3.2 Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei nº 12.587/12	86
3.3.3 Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089/15	93
4 Limitações ao Direito Fundamental à Mobilidade Urbana	
Eficiente e Instrumentos de Efetivação.....	97
4.1 Direitos Sociais: Eficácia e Aplicabilidade.....	97
4.1.1 A Supereficácia das Normas Constitucionais de Direito Social	103
4.1.2 Princípio de Vedação ao Retrocesso Social	104
4.1.3 Mobilidade Urbana vs. Direito de Reunião: Concorrência de Direitos Fundamentais	108
4.1.4 Mobilidade Urbana como Vetor Determinante para a Eficácia de Outros Direitos Fundamentais	113
4.2 Principais Limitações à Efetivação da Mobilidade Urbana Eficiente no Brasil	117
4.2.1 Mínimo Existencial vs. Reserva do Possível: o Sopesamento da Realidade na Balança da Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais	118
4.2.2 Entrave na Concretização das Normas Programáticas	123
4.2.3 Entrave da Discricionariedade da Administração Pública na Realização das Políticas Públicas.....	127
4.2.4 Entrave da Falta de uma Cultura Constitucional Originada de um Constitucionalismo Brasileiro Tardio	131
4.3 A Justicialidade dos Direitos Sociais no Brasil	134
4.4 Do Papel do Ministério Público na Concretização da Mobilidade Urbana Eficiente	140
4.5 Instrumentos Processuais de Efetivação do Direito Social à Mobilidade Urbana Eficiente no Brasil.....	143
5 Considerações Finais	149

Referências	155
ANEXO A — Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição no 85/2015	171
ANEXO B — Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	179